

SANTOS

VIVENCIANDO A HISTÓRIA- CURRÍCULO SANTISTA



ANOS FINAIS - 6º ANO - MATERIAL DO ESTUDANTE
SEDUC/DEPED/COFORM/COPEP
SEFORM/SENUTEC
2020

Cidadania e inclusão social em Santos

Nesta atividade, iremos estudar: os conceitos de cidadania na Antiguidade Greco-romana; como a cidadania é tratada na Constituição brasileira de 1988 - conhecida como Constituição cidadã -; e as formas de exclusão e inclusão social na sociedade santista.

Atividade 1. O que é cidadania

- a) Para você, o que é cidadania?
- b) Quem são considerados cidadãos no Brasil?
- c) Você sabe quais são os direitos e deveres de um cidadão brasileiro?
- d) Como você exerce a cidadania em sua escola e na sua comunidade?
- e) Você sabe o que é exclusão social?

Atividade 2. Entrevista

Faça uma entrevista sobre cidadania com, pelo menos, duas pessoas de sua família ou da comunidade onde você reside.

Elabore perguntas com base nas seguintes proposições:

- qual a idade do entrevistado;
- qual a escolaridade do entrevistado;
- o que ele sabe sobre cidadania;
- qual a importância de ser cidadão;
- se o entrevistado se considera um cidadão consciente de seus direitos e deveres.
- se o entrevistado conhece ou já presenciou alguma situação de exclusão social na cidade de Santos. Em caso positivo, peça ao entrevistado que relate o que viu.

Contextualização

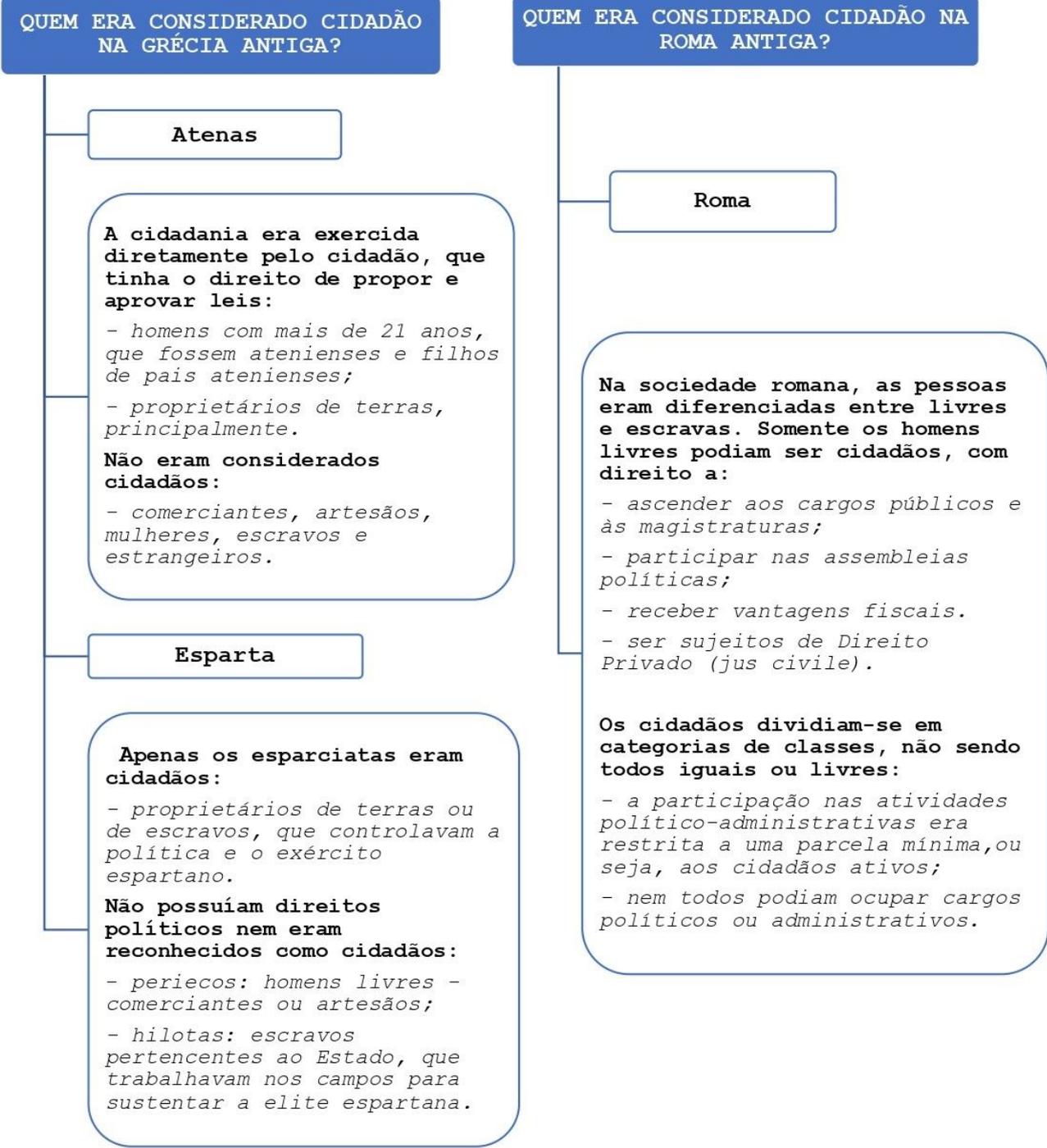
Cidadania na Antiguidade Clássica

A origem da palavra cidadania vem do latim "civitas" e quer dizer cidade.

A palavra cidadania foi usada na Roma Antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que ela tinha ou podia exercer.

Porém, a ideia de cidadania surgiu no século VIII a.C., na Grécia, onde os homens eram considerados livres e iguais, e todas as decisões que afetavam a comunidade eram discutidas, deliberadas e votadas. Mas ainda assim, a cidadania não era para todos, apenas

era considerado cidadão aquele que possuía riquezas materiais e propriedades de terra.



Fonte: Arquivo pessoal

E no Brasil? Como a nossa Constituição trata a questão da Cidadania?

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal,

constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)

Constituição Brasileira, 1988

O que é exclusão social?

A Exclusão Social designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade.

(...)

Os excluídos sociais, geralmente, são minorias étnicas, culturais e religiosas. Como exemplos, temos os negros, índios, idosos, pobres, homossexuais, toxicodependentes, desempregados, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros.

Observe que essas pessoas ou grupos sociais sofrem muitos preconceitos. Isso afeta diretamente aspectos da vida, e, em muitos casos, gera outro problema, o chamado "isolamento social".

(...)

BEZERRA, Juliana. Exclusão social. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/exclusao-social/>> Acesso em: 05/11/2020.

Sugestão de vídeo

Conscientização. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=Ztqaa-NWYQ8>>
Acesso em: 05/11/2020.



Atividade 2.1. Pesquisa

A Prefeitura Municipal de Santos oferece, entre seus serviços, o Departamento de Cidadania, órgão subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Social que agrega diversas coordenadorias.

O Departamento de Cidadania é responsável por supervisionar planos, programas e projetos voltados à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do jovem, do idoso, da

mulher e da pessoa com deficiência, além de dar suporte à Comissão Municipal de Diversidade Sexual e Comissão da Paz.

Acesse o link do Departamento de Cidadania <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=servico/departamento-de-cidadania>>, escolha três coordenadorias e anote em seu caderno os seus objetivos.

Atividade 2.2. Pesquisa

Pesquise em sites, ou mesmo andando pelo seu bairro ou no caminho para a escola, quais ações de inclusão social você observa.

Em sala de aula, seguindo as orientações de seu professor, você e seus colegas selecionarão os dados de todas as entrevistas e das pesquisas realizadas, montarão uma tabela e a converterão em um gráfico. Após a organização dessas informações, reúnam-se em grupos e analisem os dados.

Ao final, debatam ações ou modificações urbanas que possam contribuir para uma maior inclusão social, organizem as propostas em uma carta e a encaminhem para a Câmara de Vereadores de Santos reivindicando essas melhorias.

Sugestão de vídeo

Para saber mais sobre cidadania, assista ao vídeo "O que é cidadania?". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xFOJJ-fosys>>. Acesso em: 05/11/2020.

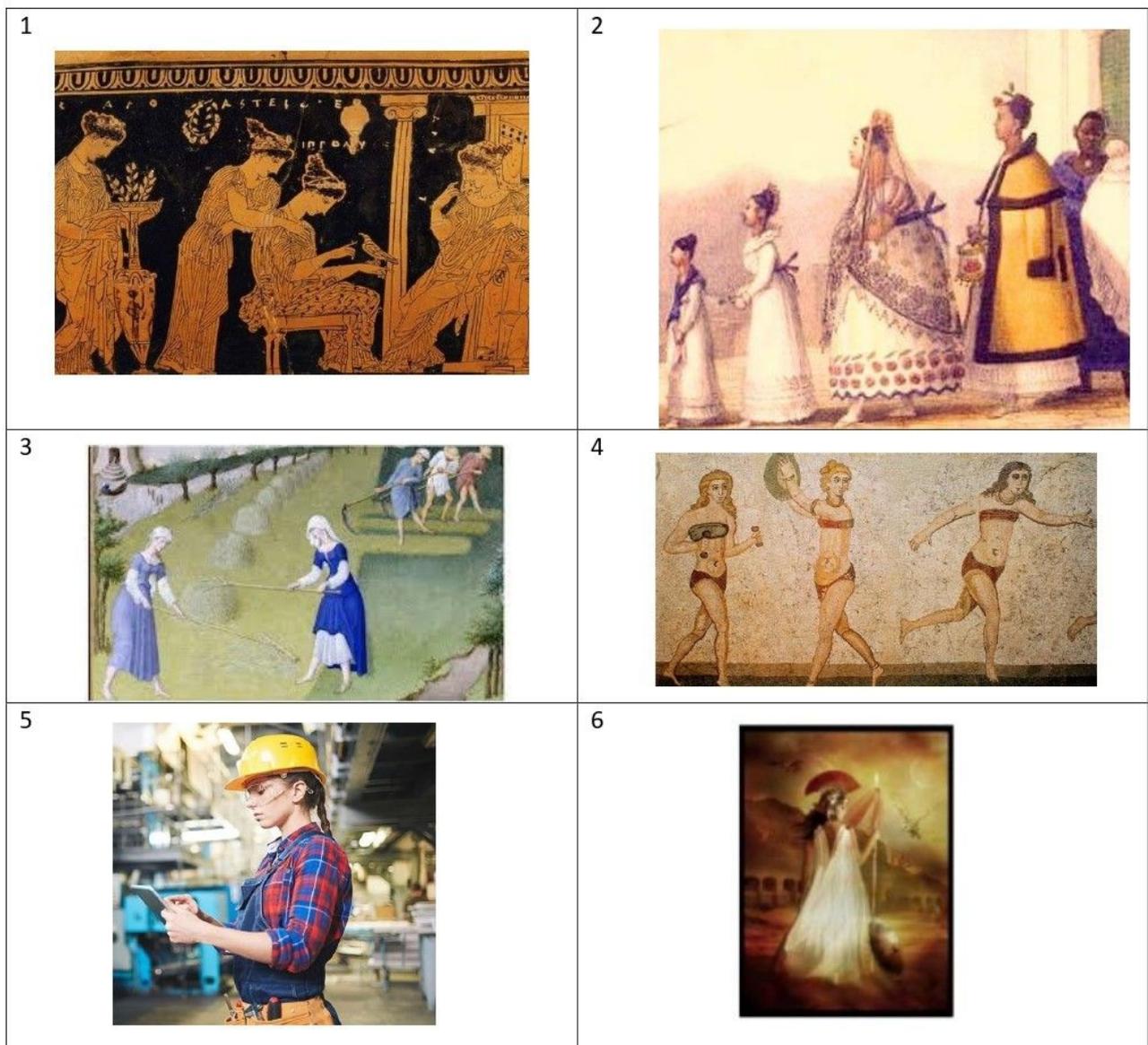


O papel social da mulher ao longo da História

Atividade 1. Leitura de imagens

Nas imagens a seguir, podemos observar mulheres de períodos e lugares diferentes. Observe atentamente e responda:

- A que período cada imagem corresponde?
- Qual a localidade de origem de cada uma delas?
- Com base em quais características você chegou às suas conclusões?



Atividade 2. Leitura de textos

Os textos a seguir dão uma ampla ideia da condição das mulheres e suas lutas por direitos em diversos períodos da História. Leia-os com atenção.

Atenas

As mulheres da elite ateniense eram submetidas a restrições maiores do que as das camadas sociais inferiores, como as camponesas, por exemplo.

Em Atenas, as jovens de famílias com mais recursos eram preparadas para o casamento desde cedo. Sua educação era voltada para a organização da vida doméstica junto às mulheres da família e suas criadas. Elas podiam aprender um pouco de leitura, cálculo e música. As jovens viviam nos gineceus, aposentos destinados apenas às mulheres, e tinham pouco contato com os homens, mesmo os da família.

O casamento era arranjado pelos pais e acontecia quando as meninas tinham entre 15 e 20 anos de idade. Após casar, a esposa passava a fazer parte da família do marido e vivia a maior parte do tempo reclusa em sua casa dando total assistência ao marido e aos filhos, podendo sair apenas para visitar os pais, frequentar casas de banho e participar de algumas festas religiosas.

As mulheres das camadas mais pobres não viviam confinadas e os casamentos não eram arranjados. Para auxiliarem seus maridos na sobrevivência de suas famílias, essas mulheres comercializavam alguns produtos que elas mesmas preparavam. Exerciam a função de babás nas residências das famílias mais abastadas, trabalhavam na colheita da uva, costuravam e, em alguns casos, possuíam pequenos comércios de gêneros alimentícios.

Esparta

Ao contrário da mulher ateniense, a espartana desfrutava de maior liberdade. Em Esparta, as mulheres podiam opinar na política, ir às festas, ao mercado, praticar atividades comerciais e fazer ginástica.

A prática de exercícios físicos e de jogos na sociedade espartana se dava pela crença de que os filhos seriam melhores e mais fortes se ambos, pai e mãe, fossem fortes e saudáveis.

As mães de filhos do sexo masculino, quando eles completavam sete anos de idade, entregavam-nos aos cuidados do Estado para receberem uma educação militar.

Já as meninas eram educadas para serem boas esposas e mães. Elas também participavam de atividades desportivas e torneios. A função deste tipo de educação para as meninas era formar mulheres saudáveis e fortes, para que pudessem, futuramente, dar à luz aos melhores soldados para Esparta.

A liberdade desfrutada pela mulher espartana estava vinculada a uma organização social que propositadamente enfraquecia a

família, retirando toda a força dos vínculos conjugais, fazendo com que os filhos fossem criados pelo Estado e os maridos só visitassem as esposas de vez em quando. Estas mulheres eram ainda menos importantes no corpo social e na vida de seus maridos que as atenienses, uma vez que se viam privadas de criar os próprios filhos a partir de certa idade e de manter regularmente um relacionamento conjugal.

Roma

Na sociedade romana, as mulheres tinham mais regalias e um melhor estatuto do que as mulheres gregas, mas também estavam oficialmente excluídas da vida política, pois não eram consideradas cidadãs, não votavam e não exerciam cargos na administração pública. Quando tinham responsabilidades religiosas, exerciam-nas durante a noite, a portas fechadas, em santuários suburbanos ou nos limites da cidade. Ainda assim, as mulheres romanas desfrutavam de uma liberdade pessoal considerável quando comparadas às atenienses e às espartanas. A romana podia frequentar as casas de banho, ir ao teatro ou aos jogos.

Em Roma, assim como na antiga Grécia, as mulheres eram educadas para serem esposas e mães. As que pertenciam à nobreza administravam a casa, os escravos e a criação dos filhos. As menos favorecidas auxiliavam os maridos e as solteiras podiam dirigir seu próprio negócio.

Alguns autores definem a mulher romana da antiguidade como a única mulher socialmente emancipada, embora pelas leis romanas ela estivesse em tutela perpétua. Catão (234 a.C.-149 a.C.), falando da influência que as romanas exerceram na sociedade, dizia que os romanos eram senhores do mundo, mas escravos das suas mulheres.

Idade Média

A seguir, os textos sobre as mulheres na Idade Média são de autoria do historiador medievalista brasileiro José Rivair Macedo.

A mulher na sociedade medieval

"A sociedade medieval [...]foi [...] misógina, isto é, nutriu um desprezo generalizado pelas mulheres. Sociedade masculina e guerreira, designava geralmente os dois sexos, chamando-os de "o lado da espada" e "o lado da roca". O instrumento, espada ou roca, indicava a função de quem o empregava. No lar e fora dele fiar e bordar eram atividades femininas. [...]"

Entretanto, não devemos pensar na mulher medieval como um grupo compacto oprimido pelos homens. As diferenças sociais foram sempre tão fortes quanto as diferenças de sexo. Não é possível alinhar, num mesmo plano, condessas e castelãs com servas e camponesas livres, ricas burguesas com artesãs, domésticas ou escravas. A opressão muitas vezes foi exercida pelas mulheres poderosas sobre as suas dependentes. [...]

O grupo das servas e camponesas dos domínios senhoriais foi o mais numeroso e o que menos conhecemos. [...] Os documentos [...] registram a participação feminina em inúmeros serviços. Ela plantava ervilhas, feijão, pescava, batia o trigo, ordenhava as vacas, tosquiava os carneiros. Apenas deixava de cultivar e lavrar a terra. [...]"

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1990. P. 25-28.

Condição feminina e trabalho urbano

"Na opinião geral dos homens da Idade Média, as mulheres eram naturalmente "inferiores". Um nobre do século XIII, chamado Filipe de Novara, ao indicar os cuidados necessários na educação das filhas jovens, revela-nos parte desse preconceito. Para ele, a primeira virtude a ser ensinada às meninas deveria ser a obediência. As mulheres teriam nascido para obedecer.

Outras virtudes deveriam ser incutidas nelas, a fim de impedir que fossem faladeiras, ousadas, ambiciosas. Para Filipe de Novara, não convinha que soubessem ler ou escrever, pois estariam mais sujeitas a rodeios e galanteios dos homens, mantendo com eles correspondência. Uma moça deveria, isso sim, saber fiar e bordar. Se fosse pobre, precisaria saber para sobreviver, e, se fosse rica, ainda assim deveria conhecer tais atividades para administrar o serviço de seus empregados domésticos. [...]

Nas cidades, embora inferiorizadas, as mulheres tiveram oportunidade de desempenhar papéis mais significativos do que aqueles desempenhados por camponesas e damas da nobreza. Mantidas distante dos postos do governo municipal ou das entidades representativas, e situadas em posição de submissão em relação aos homens no interior da família, ainda assim suas possibilidades de atuação eram maiores nesse cenário."

MACEDO. José Rivair. *Viver nas cidades medievais*. São Paulo: Moderna, 1998. P. 54. (Desafios)

A condição da mulher no Brasil

Período colonial (1500-1822)

Nesse período, havia uma cultura geral de repressão às mulheres e outras minorias.

Com pouco espaço para reivindicar os seus direitos, suas principais demandas giravam em torno do direito ao divórcio, à participação política, ao trabalho e à educação.

No entanto, nem todas as mulheres se submeteram à lógica da dominação patriarcal ou matrimonial. A historiadora Mary Del Priore afirma que, em meados do século XVIII, 70% dos comércios existentes na região aurífera de Minas Gerais eram administrados por mulheres.

Já no ambiente doméstico, a pesquisadora revela que a influência feminina pode ser vista no trato com a criadagem ou, até mesmo, na negociação de direitos e de tarefas a serem delegadas ou permitidas pelo marido. Além disso, relatos fantasiosos conferiam poder a mulheres capazes de fabricar poções mágicas, invocar orações secretas, rogar pragas ou determinar a cura de doentes.

Império (1822-1889)

Durante o império, a grande conquista feminina no Brasil foi o direito à educação.

Nesse período, Nísia Floresta (1810-1885) fundou a primeira escola para meninas do Brasil.

Século XX

No século XX, as mulheres operárias lutam por melhores condições de trabalho e de vida.

Em São Paulo, em uma fábrica têxtil no bairro da Mooca, é deflagrada, em junho de 1917, a Greve das Costureiras. Essa greve é considerada a primeira greve geral do país e contou com cerca de 400 operárias que reivindicavam a regularização do trabalho feminino, jornada de oito horas diárias, abolição do trabalho noturno.

A greve iniciada em São Paulo desencadeou uma onda de paralisações que atingiu cidades como o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Foi um verdadeiro "motim contra a fome" que durou 30 dias e reuniu cerca de 70 mil trabalhadores de ambos os sexos. Apesar de não ter conseguido conquistar todas as suas reivindicações, a Greve das Costureiras fortaleceu o movimento feminista. Aos

poucos, as mulheres conseguiram direitos como licença-maternidade, auxílio-creche e igualdade salarial.

Em 1922, a cientista brasileira Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com o objetivo de lutar pela extensão do direito de voto às mulheres. Lutz representou as brasileiras na assembleia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.

Em 1936, Bertha Lutz foi eleita deputada federal. Na Câmara, defendeu a mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e dos menores de idade, propondo a igualdade salarial, a licença de três meses para as gestantes e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias.

Em 1928, na cidade de Lajes (RN), Luiza Alzira Teixeira Soriano foi eleita a primeira prefeita mulher, não só no Brasil, mas em toda a América. Ela governou até 1930, quando o então presidente Getúlio Vargas destituiu todos os prefeitos e nomeou interventores para os seus lugares.

A eleição de Luiza Alzira só foi possível porque o governador do estado na época - José Augusto Bezerra de Medeiros - sancionou a lei n° 660, determinando que pudessem votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas. Essa conquista contou com a participação ativa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Em 1932, as brasileiras conquistaram o direito de poder votar e serem votadas, com a publicação do Decreto n° 21.076 que instituiu no Brasil a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino nacional.

Nos anos 1960, teve início uma nova fase na luta das mulheres, com o fortalecimento do movimento feminista. Uma vez conquistados os direitos básicos como educação e participação política, as mulheres buscaram estabelecer novas formas de relacionamento com os homens e garantir sua autonomia pessoal.

A Constituição brasileira de 1988 trouxe grandes avanços na garantia de direitos para as mulheres, como:

- Direito à igualdade entre homens e mulheres nos assuntos conjugais e familiares, além de coibir a violência doméstica.
- Proibição da demissão de gestantes, protegendo seu emprego até cinco meses após o parto, e instituição da assistência gratuita a seus filhos e dependentes até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas.
- Proibição quanto a diferenciar salários, cargos ou critérios de admissão em função do gênero ou do estado civil.

- Estabelecimento dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos - na maioria, mulheres.

Na atualidade

Ainda perduram, em nossa sociedade, o preconceito e a violência contra a mulher. As mulheres enfrentam barreiras para ocupar funções mais valorizadas economicamente e costumam receber salários inferiores aos dos homens. Em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11340) aumentou o rigor na punição dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em março de 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104) tornou o homicídio feminino um crime hediondo.

Na Baixada Santista, vários movimentos buscam a afirmação dos direitos das mulheres. Entre eles estão: o Coletivo Feminista Pagu BS; as Promotoras Legais Populares - mulheres formadas por um curso oferecido pela Câmara Municipal de Santos, por meio da Escola do Legislativo e da Cidadania, que aborda direitos e cidadania com o objetivo de gerar lideranças capazes de dar orientação sobre questões do cotidiano (violações de direitos, ameaças, violência contra a mulher, etc.) para outras pessoas que se encontram necessitadas de apoio no enfrentamento de dificuldades -; e o Coletivo Feminista Classista Maria Vai com as Outras, que se define como "um grupo de mulheres feministas, classistas, antirracistas, anticapitalistas e contra qualquer tipo de discriminação".

Você sabia?

Conhecida como a Wall Street Santista, a rua XV de Novembro era um ambiente predominantemente masculino, por onde circulavam corretores de café, homens de negócios, e seu comércio era voltado para esse público. Até meados do século XX, as mulheres santistas evitavam andar por essa rua, o que era considerado de "bom tom" pela sociedade da época.

Rua XV de Novembro, vista desde a Rua do Comércio, tendo ao fundo o prédio da Bolsa do Café. Imagem: acervo do cartofilista Laire José Giraud.



Disponível em:
<<https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos/fotos157b.jpg>>. Acesso em 17/11/2020.

Atividade 3. Linha do tempo

Após a leitura dos textos, reúna-se em trios e elabore uma linha do tempo com os principais direitos e conquistas das mulheres desde a Antiguidade até os dias de hoje.

Atividade 4. Entrevista

Faça uma entrevista com, pelo menos, três mulheres de idades diferentes da sua família (pode ser, por exemplo, uma avó, a sua mãe e uma prima) ou da comunidade onde você reside.

Elabore perguntas com base nas seguintes proposições:

- qual a idade das entrevistadas;
- qual a escolaridade das entrevistadas;
- que tipo de dificuldades elas enfrentaram ou enfrentam por serem mulheres;
- como elas veem a condição da mulher hoje no Brasil.

Atividade 5. Praticando a cidadania

Leia a tirinha a seguir. Em sala de aula, após refletirem e socializarem sobre o conteúdo da tirinha, e seguindo as orientações de seu professor, você e seus colegas selecionarão os dados de todas as entrevistas, montarão uma tabela, a converterão em um gráfico e farão uma análise dos dados obtidos.

Ao final, debatam e elaborem um conjunto de sugestões que contribuam para a conquista de mais direitos por parte das mulheres.



Armandinho tiresbeck.blogspot.com. Disponível em:
<https://64.media.tumblr.com/1a1502b9e99815319b71d8c25d817a8c/tumblr_ot7tmaxTBM1u1iysqol_1280.png>. Acesso em: 11/11/2020.